



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

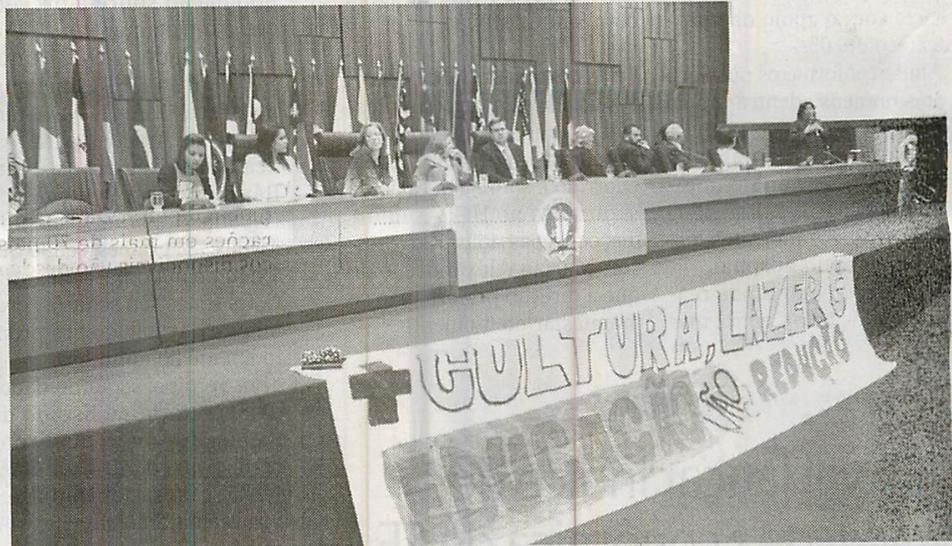
AUDIÊNCIA **Correio de Sergipe - 29/07/2015**

MPE discute redução da maioridade penal no Brasil

LINDIVALDO RIBEIRO/CS

Juliana Moura

O Ministério Público Estadual (MPE) realizou na manhã de ontem, 28, uma audiência pública para discutir, junto com órgãos de Sergipe e a sociedade civil, a redução da maioridade penal no Brasil de 18 para 16 anos que tramita na Câmara de Deputados, em Brasília. Para Mírian Tereza Cardoso, promotora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência do MPE, ao invés de diminuir a



■ Audiência pública, realizada nessa terça-feira, avaliou o projeto de lei da maioridade no Brasil de 18 para 16 anos

“

Entendemos que há a necessidade de ressocialização”

Mírian Tereza |
Promotora de Justiça

idade penal, que, segundo ela, não é a solução para a criminalidade no país, é preciso efetivar as políticas públicas para os menores.

“A redução não é a solução. Entendemos que há a necessidade de um sistema socioeducativo. O adolescente em conflito com a lei precisa de ressocialização. Ao contrário do que

a população acredita, a redução não vai trazer mais segurança. Menos de 1% dos crimes são cometidos por adolescentes. A maioria é por adultos. Ao invés de pensarmos em diminuir a maioridade penal, temos que cobrar do governo a implementação de políticas públicas, como educação e saúde para os adolescentes”, disse.

Ainda de acordo com ela, o sistema prisional em Sergipe, assim como em todo o país, já é precário e não tem condições de receber mais adolescentes. Ela ressaltou também que uma das alternativas para a ressocialização dos menores é dar mais efetividade ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

“O sistema prisional onde se pretende colocar o adolescente é totalmente precário. Temos uma superlotação carcerária e estruturas ruins. O sistema atual não reeduca, pelo contrário. Além das políticas públicas, é preciso também dar mais efetividade ao ECA e fortale-

cer os vínculos familiares, pois a maioria desses adolescentes é humilde e não teve base familiar”, afirmou.

• Justiça juvenil

Já para uma das palestrantes da audiência, a professora Andréa Depieri, a justiça juvenil já é hostil e punitiva, assim como a justiça dos adultos, de modo que a redução da maioridade não irá resolver em nada o problema.

“Temos muitos problemas no sistema, independente da redução. E já está mais do que claro que diminuir a idade penal não vai resolver nada. Se o sistema já não funciona para os adultos, como vai funcionar para os menores? A justiça juvenil é hostil e punitiva, assim como a adulta. A redução não acabará com o problema da criminalidade. Por que usar um remédio que já não está funcionando? Na verdade, temos que clamar pelas políticas públicas e pela ressocialização dos adolescentes”, declarou.